

**O materialismo histórico-dialético:
perspectiva metodológica para a pesquisa sobre políticas educacionais**

*The historical-dialectical materialism:
a methodological perspective for the research on educational policies*

Janaina de Araujo PIMENTA¹
Maria José Pires Barros CARDOZO²

Resumo

Este artigo propõe-se a apresentar algumas reflexões conceituais sobre o materialismo histórico-dialético e analisar sua contribuição enquanto enfoque teórico-metodológico para às pesquisas científicas que envolvem as políticas públicas educacionais, como forma de compreender a essência da realidade, contrapondo-se a realidade aparente apresentada em alguns enfoques científicos, de cunho positivista e mercadológico, que não tem como objetivo a transformação social. Para tanto, o trabalho de cunho bibliográfico, será desenvolvido a partir do referencial adotado, tendo Karl Marx (1818-1883) como principal pressuposto.

Palavras-chave: Metodologia. Materialismo histórico-dialético. Políticas educacionais.

Abstract

This article proposes to present some conceptual reflections on historical-dialectical materialism and to analyze its contribution as a theoretical-methodological approach to scientific research involving public educational policies, as a way of understanding the essence of reality, in opposition to reality apparently presented in some scientific approaches, of a positivist and marketing nature, which does not aim at social transformation. Therefore, the bibliographic work will be developed based on the adopted framework, with Karl Marx (1818-1883) as the main assumption.

Keywords: Methodology; Historical-dialectical materialism; Educational policies.

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
E-mail: janaina.pimentad@gmail.com

² Professora doutora do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE/UFMA).
E-mail: maria.cardozo@ufma.br

Introdução

Toda e qualquer produção científica exige uma fundamentação epistemológica coerente e clara. Partindo desse princípio, este trabalho apresenta algumas reflexões sobre o materialismo histórico – dialético, enquanto enfoque metodológico para às pesquisas científicas em políticas públicas educacionais. A palavra *epistemologia* vem do grego *episteme* que significa conhecimento científico; e *logia*, estudo.

Karl Marx e Engels integram o trio de pensadores clássicos ao lado de Émile Durkheim e Max Weber, divergindo destes em suas posições epistemológicas. Enquanto Durkheim parte de uma base teórica positivista em que, a sociedade é o todo e o indivíduo deve ser submetido ao que é geral e Weber parte de uma base epistemológica do idealismo e entende que, o indivíduo e sua ação é o elemento constitutivo das ações sociais, Marx e Engels preocuparam – se com o conjunto dos indivíduos inseridos nas classes sociais, sendo a luta de classes a engrenagem da história. Assim, o marxismo surge como projeto político e ideológico. Sendo Marx e Engels criadores do metodológico materialismo histórico-dialético, enfoque que busca compreender as transformações sociais. (WEBER, 2003; MARX, 1859; DURKHEIM, 1955).

Referindo-se as transformações no âmbito das políticas educacionais, faz-se necessário superar análises redundantes, generalizadas, de cunho apenas descritivo, sem considerar a crítica da realidade e a dialética do movimento histórico no qual acontecem. Essa condição remete a refletir na relevância do materialismo histórico-dialético como enfoque no estudo das políticas educacionais, por considerar a condição material da existência humana, a compreensão dessa existência na apreensão de seus condicionantes históricos, e o movimento da contradição produzida na própria história, como condições essenciais na compreensão dos fenômenos que tangem as políticas educacionais.

O materialismo histórico dialético como concepção epistemológica do pensamento humano

Para estudar a história do pensamento humano é necessário primeiramente definir a partir de qual concepção epistemológica se busca olhar realidade social. A

concepção materialista histórica dialética entende que para compreender as transformações sociais, o direcionamento da pesquisa, os métodos de investigação devem ir além das aparências, buscar a essência dos fenômenos sobre o prisma da dialética real.

A dialética na perspectiva do materialismo histórico considera que o mundo não pode ser entendido a partir de uma concepção metafísica, ou seja, algo objetivo, lógico, neutro, mas sim através do movimento das coisas, do conflito dinâmico da história da realidade, na busca daquilo que está por trás da aparência, a essência dos fenômenos. Frigotto ressalta que:

[...] a dialética para ser materialista e histórica, não pode constituir-se numa “doutrina” ou numa espécie de *suma teológica*. Não se pode constituir numa camisa de força fundada sob categorias gerais não – historizadas. Para ser materialista e histórica tem que dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular. Isso implica dizer que as categorias totalidade, contradição, mediação, alienação, não são apriorísticas, mais construídas historicamente. (*apud* FAZENDA, 2000, p.73).

Partindo desse pressuposto, a dialética fundada na visão de Marx constitui-se num método científico, conjunto de leis que situa a totalidade da realidade na qual as ideias independem do pensamento, pois são representações do real.

Nessa perspectiva, o materialismo histórico dialético é conceituado com o termo *materialismo* porque diz respeito à condição material da existência humana, *histórico* no sentido que o entendimento da existência humana implica na apreensão de seus condicionantes históricos, e *dialético* por ter como engrenagem o movimento da contradição produzida na própria história. Criado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895):

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana. (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

Marx e Engels foram discípulos de Hegel e posteriormente severos críticos, principalmente da filosofia alemã. O projeto ideológico revolucionário criado por ambos não surgiu de forma pacífica. Na Alemanha do século XIX, Marx fez duras críticas ao governo absolutista da época e por isso teve que refugiar-se em Paris, onde

conheceu Engels. Com quem manteve constante intercâmbio escrito, de ideias, desde a publicação do seu genial esboço sobre a crítica das categorias econômicas (nos Anais Franco-Alemães), havia chegado por caminho diferente (veja-se o seu livro *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*) ao mesmo resultado que Marx. E quando, na primavera de 1845, ele se estabeleceu também em Bruxelas, resolveram trabalharem em conjunto para opor o ponto de vista ao ponto de vista Ideológico da filosofia alemã; na realidade, liquidar com a consciência filosófica anterior de ambos. (MARX, 1859).

Após, fugir para Inglaterra, Marx se deparou com a pobreza dos operários que trabalhavam nas indústrias. Esse cenário impulsionou o desejo de prospectar a luta de classes como engrenagem da história, tendo o proletariado, classe desprovida de todos os direitos, como revolucionário da ordem opressora social da época. Marx buscou a extinção da propriedade privada e o retorno ao comunismo primário. Assim o marxismo surgiu como projeto político e ideológico do proletariado, a favor dos trabalhadores e da construção de uma sociedade justa e igualitária. (GOMIDE, 2013)

Com o crescimento da industrialização em meados da metade do século XIX, as riquezas acumularam nas mãos de poucos e a pobreza dos operários cresceu. O auge do sistema capitalista opressor denotava ao movimento comunista um caráter utópico. Diante disso, a possibilidade de uma sociedade sem classes e o fim da propriedade privada com o objetivo de garantir as necessidades de todos precisava fundamentar-se de cariz científico. Então, Marx e Engels produziram o *Manifesto Comunista*³.

Marx procurou através de suas experiências reproduzir as situações da sociedade da época com o objetivo de superar o cenário idealista e compreender os fundamentos da sociedade capitalista do século XIX, construindo assim, pela reflexão e conhecimento do real, um plano filosófico que busca entender como os homens produzem socialmente a sua existência. Segundo Frigotto (*apud* Fazenda, 2000), o que importa para o materialismo histórico-dialético é a produção de conhecimento no viés da práxis: teoria e prática, como unidade indissociável.

A reflexão teórica da prática como unidade crítica que transforme a realidade anterior, tanto no plano do conhecimento como no plano histórico social, de modo que a realidade se dê em função de uma ação para transformar.

³ Fizeram uma análise da luta de classes, dos mecanismos de exploração postos em ação pelo capital e dos processos de produção da mercadoria, e terminando com uma convocatória aos operários do mundo inteiro à união. No entanto, a obra máxima de Marx foi *O Capital*, que trata da riqueza da sociedade em que predomina o modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva, o materialismo histórico-dialético se dá a partir de três movimentos simultâneos: de crítica, de construção do novo conhecimento e de ação com vistas à transformação. Para ser materialista, histórica e dialética, a investigação deve considerar a concretude, a totalidade e a dinâmica dos fenômenos sociais, que não são definidos à priori, mas construídos historicamente. Este processo de articulação das múltiplas dimensões do fenômeno com a totalidade mais ampla requer ainda uma ordenação lógica e coerente do que se captou da realidade estudada de modo que não se negligencie o caráter histórico do objeto de conhecimento e as cinco categorias fundamentais da perspectiva dialética: contradição, totalidade, mediação, reprodução e hegemonia. (CURY, 1986). A categoria de contradição rebate a concepção de linearidade, pois parte do entendimento de que nada existe em permanência e, portanto, toda realidade é passível de superação. A categoria de totalidade busca a conexão dos aspectos particulares com o contexto social mais amplo que produz as contradições. A categoria de mediação parte do pressuposto que o homem é mediador das relações sociais e, portanto, agente para intervenção no real. A categoria de reprodução aponta para o fato de que o modo de produção capitalista para se manter, tende a se reproduzir, mesmo que com pequenas mudanças que não chegam a ser estruturais, mas apenas adaptativas a este modo de produção. A categoria de hegemonia entende que a ideologia da classe dominante e sua concepção de sociedade, de valores e de relações sociais devem ser reproduzidas a ponto de que estes ideais de sociedade sejam um consenso entre os cidadãos. Como a dialética parte do movimento, da mudança, para que a pesquisa seja materialista histórico-dialética, exige-se uma constante revisitação e reconstrução da teoria, justamente porque este enfoque parte da historicidade do fenômeno. (CURY, 1986).

A partir dessa concepção a investigação sobre políticas educacionais na perspectiva do materialismo histórico dialético implica, portanto, no resgate da historicidade do fenômeno, buscando investigá-lo sob a perspectiva histórica no sentido de desvelar os conflitos, contradições, interesses e ideologias que estão por detrás da implementação de tais políticas e, neste sentido, é preciso reconhecer o campo das políticas educacionais como um domínio de investigação histórica, superando a investigação puramente narrativa e descritiva dos fatos. A mediação histórica no estudo das políticas educacionais permite uma compreensão global do fenômeno em seu desenvolvimento, elucidando como o presente dá significação ao passado, de modo que,

numa perspectiva materialista histórico dialética, potencialize a capacidade dos agentes históricos, ou seja, o conhecimento da mudança.

Os objetos de estudo da política educacional na perspectiva do materialismo histórico dialético

A política educacional foi criada a partir da ciência política, a modo que podemos dizer que sofreu impactos das diversas correntes teóricas. Na tentativa de delimitar seu objeto, a Unesco reuniu vários estudiosos em Paris, que resultou na criação da célebre “Lista Tipo”⁴ elaborada sob forte influência do pensamento anglo-saxão. Apesar de ser uma relação pragmática de temas, após 60 anos a sua elaboração, ainda é referência para a elaboração de currículos universitários com relação às ciências políticas, incluindo a área curricular da política educacional atual nos cursos de pedagogia e ciências da educação na América Latina. No entanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, os Estados desenvolveram políticas de bem-estar para as áreas da saúde e educação. Observa-se que surgiu a partir disso, um novo modo de criar as políticas públicas.

Com a ampliação das políticas de bem-estar, os organismos governamentais recorreram aos estudiosos das ciências sociais soluções aos problemas estatais, incluindo aquelas relacionadas com o crescimento e a reforma dos sistemas educativos. Nesse contexto, quanto mais começava a desenvolver-se a ciência política como campo de estudo, maior era a variedade dos temas a estudar. Essa dificuldade impactou na abertura do campo para as políticas educacionais como subdisciplina da ciência política (BOURDIEU, 2000, *apud* TELLO, 2015).

Surgiu, assim na década de 1950 a política educacional como campo teórico, com uma visão fortemente centrada jurídico-institucionalista.

Nesta década (1950) começa-se a observar na Argentina, no Brasil, no Chile, no México e na Colômbia, entre outros países da América

⁴ Os diferentes temas propostos ficam agrupados em quatro seções:

I. Teoria política: a) Teoria política. b) História das ideias políticas.

II. Instituições políticas: a) Constituição. b) Governo central. c) Governo regional e local. d)

Administração pública. e) Funções econômicas e sociais do governo. f) Instituições políticas comparadas.

III. Partidos, grupos e opinião pública: a) Partido político. b) Grupos e associações. c) Participação do cidadão no Governo e a Administração. d) Opinião pública.

IV. Relações internacionais: a) Política Internacional. b) Organização e administração internacional. (UNESCO, 1948, *apud* TELLO, 2015).

Latina, alguns processos incipientes de “institucionalização” da política educacional como campo e que se desdobra através da criação de cátedras de política/s educacional/is”. (TELLO 2015, p. 148).

Partindo desse contexto, a política educacional surge como campo teórico e, que segundo Tello (2015), se constrói a partir da perspectiva e do posicionamento epistemológico de quem a analisa, a qual responde a uma episteme de época, ou seja, o momento histórico. O autor define perspectiva e posicionamento respectivamente:

[...] a cosmovisão que o investigador assume para levar adiante sua indagação, referindo-nos à Teoria Geral em termos de Glaser e Strauss (1967). Exemplos de perspectivas poderiam ser o marxismo, neo-marxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, existencialismo, humanismo, positivismo e pluralismo. Por sua vez, o Posicionamento Epistemológico se desprende da própria Perspectiva Epistemológica, ou deveria desprender-se como uma investigação coerente e consistente. O Posicionamento epistemológico, isto é, a Teoria Substantiva (GLASER e STRAUSS, 1967) que se vincula particularmente ao campo de estudo, ou seja, às correntes teóricas próprias do campo, considerando que as teorias substantivas são aquelas que possuem uma relação direta com o conteúdo empírico e teórico dos dados de investigação. (...) Neste sentido, o posicionamento epistemológico se converte em posicionamento político e ideológico do investigador e repousa sobre a seleção que o pesquisador realiza quanto à perspectiva epistemológica com a qual desenvolverá sua pesquisa. Podemos mencionar os posicionamentos neoinstitucionalistas, institucionalista, jurídico-legal, construtivismo político, da complexidade, ecletismo, pós-moderno, pós-modernista, hiperglobalista, cético, neoliberal, enfoque transformador, funcionalista, crítico, crítico radical, crítico-analítico, teórica da resistência, crítico-reprodutivista, humanista, economicista, etc. (TELLO 2015, p.141).

Dependendo da perspectiva e do posicionamento a partir de uma episteme de época, analisa-se o objeto de pesquisa no campo teórico das políticas educacionais. Nesse sentido, a caracterização do objeto de pesquisa difere de acordo com o enfoque epistemológico. Um processo de investigação com fraca coerência epistemológica não contribui para produção de conhecimento. Em se tratando das políticas educacionais que abordam temas em níveis mais amplos, dentro de um contexto complexo, há a necessidade de superar as análises redundantes, lineares e verticais.

Com o avanço das concepções neoliberais e gerencialistas no processo de definição de políticas educacionais, sobretudo a partir da década de 1990, a utilização do materialismo histórico dialético apresenta-se como o enfoque metodológico mais

apropriado e que mais contribui para o desenvolvimento de pesquisas neste campo de investigação.

A educação enquanto prática social é resultado das determinações econômicas, sociais e políticas e faz parte da totalidade social. As políticas educacionais como parte dessa totalidade não podem ser tratadas de forma isolada. Sua origem, contradições direcionam a pesquisa na busca de compreender seu movimento nessa totalidade. Ressaltando ainda que, a criação e implantação de uma política pública é marcada por interesses econômicos, políticos e ideológicos, não é possível captar o significado de uma política educacional sem compreender a lógica global do sistema capitalista.

Nesse sentido, de complexidade social é que Tello (2015), destaca que o objeto de pesquisa da política educacional é o político: a tomada de decisões em educação, em qualquer âmbito, estrutura, com ou sem Estado. As mediações para abordar o político podem ser a escola, as leis, o Estado etc. Com isto, o objeto de estudo da política educacional é o político em termos de tomada de decisões em educação e não as mediações.

A partir desta perspectiva, devemos situar o objeto de estudo da política educacional como campo teórico em uma episteme de época, a qual variará junto com as mediações que permitem o estudo do político enquanto fato, fenômenos, acontecimentos, estruturas e processos que derivam da realidade socioeducacional. (TELLO, 2015).

O pesquisador em política educacional na concepção materialista histórica e dialética

Quando o pesquisador não consegue identificar o que está acontecendo como perspectiva e posicionamento, finda por construir uma pesquisa a partir da pseudo neutralidade, assumindo o objeto de estudo da política educacional como antiquado, descontextualizado da posição política e ideológica do contexto do qual está inserido. Estudar o objeto a partir dessa orientação é possível utilizar diversos componentes teóricos. Entretanto, deve haver coerência.

O pesquisador, na condução das pesquisas sobre políticas educacionais a partir do enfoque metodológico materialista histórico-dialético deve, essencialmente, apreender a totalidade da qual a problemática levantada faz parte, identificando

inclusive os sujeitos históricos a quem essa problemática se refere. Isto implica ainda num resgate das produções teóricas sobre esta problemática, de modo a identificar o que se já produziu, o que já se evidenciou e o que necessita ser aprofundado e/ou revisitado, até mesmo no sentido de uma ruptura.

A pouca familiaridade do pesquisador com o trato da teoria, com a reflexão filosófica e a epistemologia da ciência compromete a qualidade da pesquisa. A fundamentação teórica do pesquisador desafia o movimento do pensamento no sentido de analisar os dados a partir das conexões, mediações e contradições.

Nesta perspectiva, Núñez Sarmiento (*apud* Tello, p. 142), lembra que o pesquisador em ciências sociais deve cumprir quatro requisitos:

1. Evitar o erro de posicionar-se, enquanto cientistas sociais, “frente” aos “objetos” de estudo.
2. Reconhecer e analisar quais são suas ideologias, e qual é a influência que elas exercem sobre sua prática investigativa.
3. Identificar conscientemente as coações às quais estão expostos.
4. Evitar o erro de coisificar e desumanizar as figuras sociais que fazem parte de suas pesquisas.”

Enfim, o posicionamento e a perspectiva epistemológica não emergem de uma “cabeça vazia”, ao contrário, possuem substrato e sustentação. A dificuldade se observa quando o pesquisador em políticas educacionais não pode nomear o que lhe está acontecendo como perspectiva ou posicionamento epistemológico.

Considerações finais

O presente artigo nos possibilitou compreender a complexidade do estudo das políticas públicas educacionais, considerando materialismo histórico dialético como pressuposto teórico e enfoque metodológico mais apropriado para a compreensão da totalidade concreta em que se criam e implantam as políticas educacionais.

O pensamento marxista se apresenta na contemporaneidade como um referencial que permite a apreensão da realidade numa perspectiva de transformação da mesma, de modo a buscar uma consciência crítica, que, mediada pela conjuntura histórica, permita analisar os oportunismos do momento com a elaboração de políticas educacionais.

Sendo assim, o materialismo histórico dialético proporciona analisar e provocar as mudanças necessárias nas políticas públicas da educação, que tenha como norte uma educação emancipadora.

Referências

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 1986.

CHAGAS, Eduardo F. **O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto**. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecamo/2012/trabalhos/6520_Chagas_E>.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Trad. Prof. Lourenço Filho. 4. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

FAZENDA, Ivani (Org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola. V. 11). São Paulo: Cortez, 2000.

GOMIDE, D. C. **O materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais**. In: XI Jornada do HISTEDBR, 2013, Cascavel. Anais. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/2/artigo_simposio_2_45_dcgomide@gmail.com.pdf. Acesso em: 25 out. 2017.

MARX, K. **Marx: vida e obra**. (Coleção Pensadores). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000054.pdf>>, 1859. Acesso em: 25 março de 2019.

TELLO, C. G. O campo teórico da política educacional: modelos, abordagens e objetos de estudo. In: *Revista de Ciências Humanas. Educação*, n. 26, p. 140-158, jul./dez., 2015

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. **Sociologia**. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Editora Ática, 2003.